

50 anos de TVs universitárias no Brasil

50 years of University TVs in Brazil

50 años de TV universitaria en Brasil

Carine Felkl Prevedello

Doutora em Comunicação pela Unisinos, Coordenadora de Comunicação da UFSM, onde dirige também a TV Campus, emissora universitária. Membro do grupo de pesquisa Cepos (Comunicação, Economia Política e Sociedade), pesquisadora sobre TVs públicas e democratização

Contato: carineprev@gmail.com

Artigo submetido em 05/06/2017 e aprovado em 22/07/2017.

Resumo

O cinquentenário da TV Pública no Brasil marca, de forma simultânea, os 50 anos de criação das Televisões Universitárias no país. O embrião plantado pela TVU da UFPE, em 1968, demonstraria historicamente o potencial das instituições federais de ensino superior (IFES) para a formação de um polo audiovisual de interesse e financiamento públicos, em condições de exploração da pluralidade. Surgidas com modelo de emissora educativa, as TVUs consolidam-se com a Lei da TV a cabo, chegando, nos anos 2000, a um segmento que reúne pelo menos 100 núcleos de produção audiovisual em todas as regiões do Brasil.

Palavras-chave: TVs Universitárias; TV Pública; IFES; interesse público.

Abstract

The fiftieth anniversary of Public TV in Brazil means, at the same time, the 50 years of the creation of University TVs in Brazil. The seed plant by TVU of UFPE, in 1968, shows that historically there would be a potential for the formation of an audiovisual pole of public interest and financing, in conditions of exploitation of the plurality. Initially in an educational broadcast model, the university TVs consolidate with the Law of Cable TV, reaching, in the years 2000, a segment that gathers at least 100 groups of audiovisual production in all regions of Brazil.

Keywords: University TVs; Public TV; federal universities; public interest

Resumen

El cincuentenario de la televisión pública en Brasil marca, de forma simultánea, los 50 años de la creación de las televisiones universitarias en el país. El embrión plantado por la TVU de la UFPE, en 1968, demuestra históricamente el potencial de las intuiciones federales de enseñanza superior para la formación de un polo audiovisual de interés y financiación públicos, en condiciones de explotación de la pluralidad. Surgidas con modelo de emisora educativa, las TVs universitarias se consolidan con la Ley de la televisión por cable, llegando, en los años 2000, a un segmento que reúne como mínimo 100 núcleos de producción audiovisual en todas las regiones del Brasil.

Palabras clave: Televisión universitaria; Televisión pública; instituciones federal de enseñanza superior; interés público.

Introdução: uma coincidência histórica e conceitual

A peculiar coincidência quanto à demarcação na História da Televisão brasileira, que une a origem das TVs Universitárias ao surgimento da TV Pública no país, aproxima, de outra forma, esses dois segmentos audiovisuais no debate conceitual intrínseco à definição das premissas a serem atendidas para a finalidade pública.

A origem da TV Pública no Brasil está originalmente relacionada à criação da Televisão Universitária (TVU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a instituição pioneira a apresentar condições técnicas e políticas para obter a primeira concessão de canal educativo no sistema VHF no Brasil. A TVU da UFPE foi fundada em 1968, menos de 20 anos depois da inauguração da TV Tupi, que deu início às transmissões televisivas brasileiras.

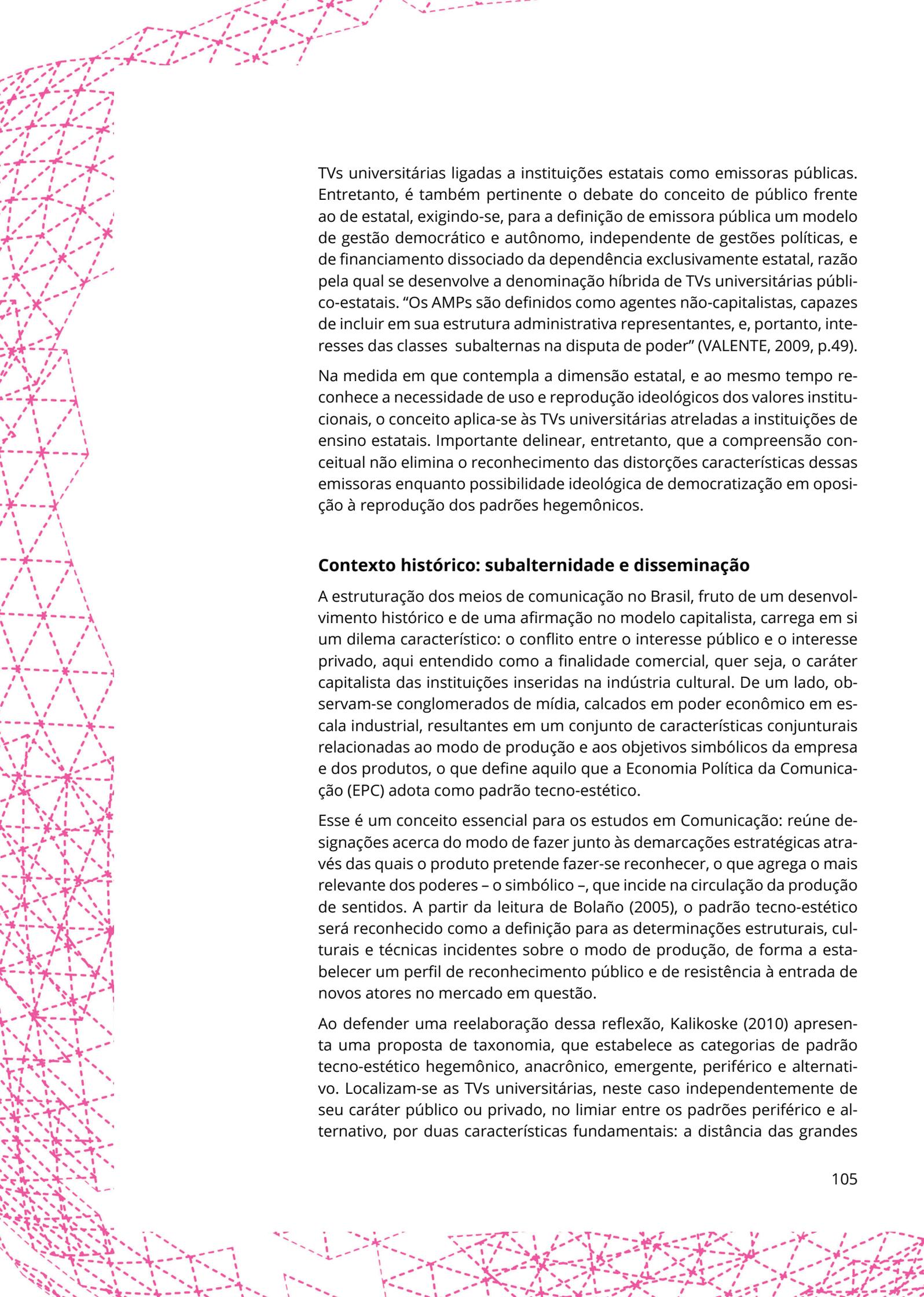
Agregando-se o significado simbólico de ter sido uma emissora ligada a instituição federal de ensino superior (IFES) a primeira televisão educativa no país, e o fato de estarem associadas a núcleos produtores de ensino, pesquisa e extensão com orçamento e finalidades públicas, é possível, pelo menos conceitualmente, também identificar as TVs universitárias vinculadas a instituições estatais como um dos segmentos potenciais para a democratização audiovisual no Brasil.

O entendimento da democratização da Comunicação passa pela capacidade de proporcionar meios de acesso, controle, gestão e produção de comunicação por parte da sociedade, visando torná-la consciente de suas capacidades e mais esclarecida a respeito de seus assuntos de interesse. O desenvolvimento de políticas e meios democráticos de comunicação torna-se um aspecto determinante para entender cenários e tendências possíveis. (CABRAL, 2005, p.10)

Entre os fatores relacionados pelo mesmo autor (CABRAL, 2005) à efetivação da democratização da Comunicação estão os níveis de participação, pluralidade, horizontalidade, interação e dialogicidade. Destaca-se como aplicável ao debate sobre as TVs universitárias o elemento da pluralidade, “que envolve a inclusão de setores anteriormente destituídos de possibilidades ou condições de acessar ou veicular seus conteúdos” (CABRAL, Op.cit.,p.11).

O conceito de TV pública, alvo de permanentes discordâncias frente ao embate entre as noções do público, privado e estatal, por ser central à discussão proposta, será entendido, portanto, na perspectiva do debate da democratização da Comunicação no Brasil, defendendo a pluralidade de atores e conteúdos, que favoreça a diversidade cultural característica do país, bem como o fortalecimento das instituições público-estatais como espaço de independência do interesse mercadológico e de abertura ao controle público.

As ponderações de Valente (2009), que elabora a noção de Aparelho Midiático Público (AMP), serão consideradas para a delimitação conceitual das



TVs universitárias ligadas a instituições estatais como emissoras públicas. Entretanto, é também pertinente o debate do conceito de público frente ao de estatal, exigindo-se, para a definição de emissora pública um modelo de gestão democrático e autônomo, independente de gestões políticas, e de financiamento dissociado da dependência exclusivamente estatal, razão pela qual se desenvolve a denominação híbrida de TVs universitárias público-estatais. “Os AMPs são definidos como agentes não-capitalistas, capazes de incluir em sua estrutura administrativa representantes, e, portanto, interesses das classes subalternas na disputa de poder” (VALENTE, 2009, p.49).

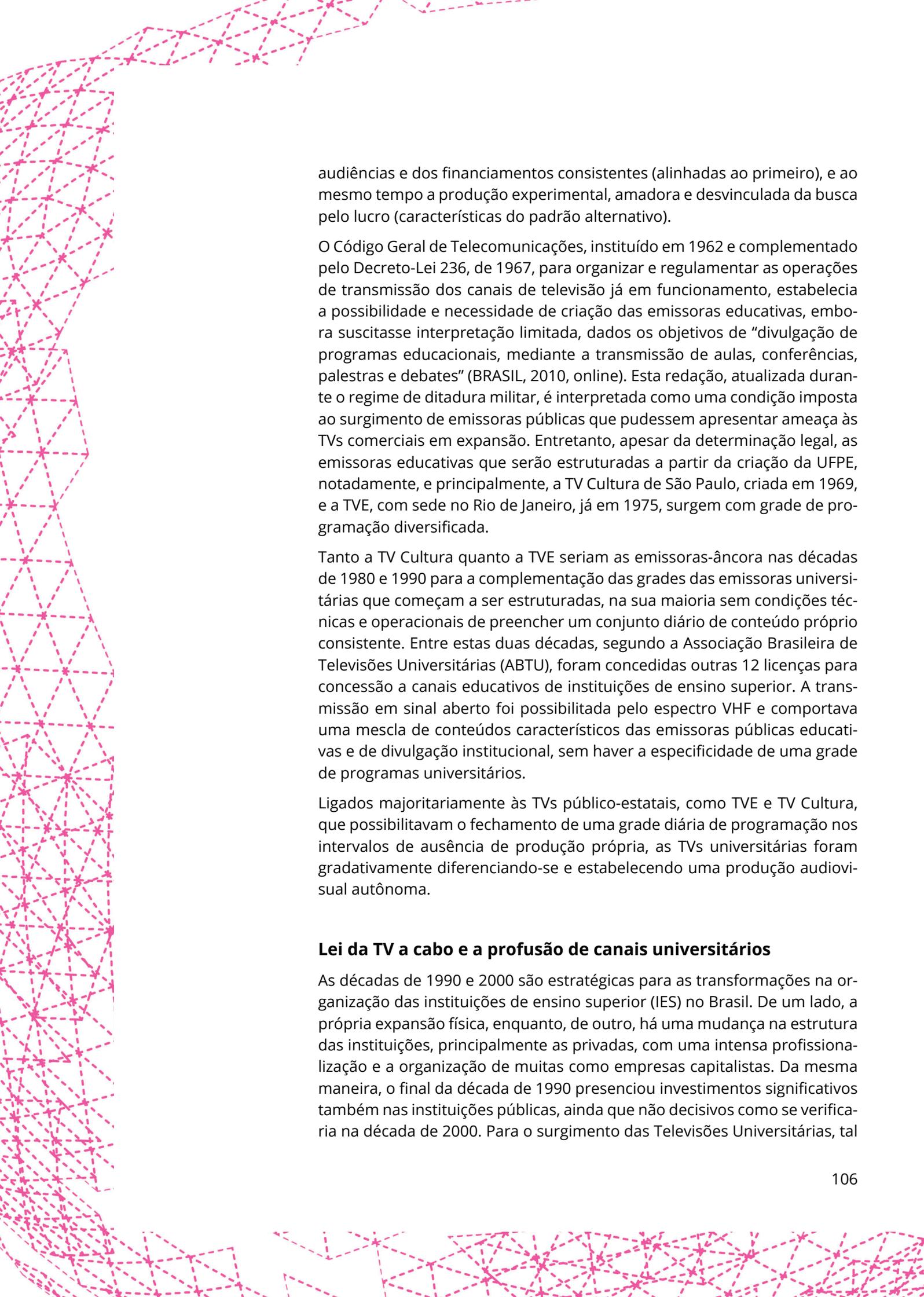
Na medida em que contempla a dimensão estatal, e ao mesmo tempo reconhece a necessidade de uso e reprodução ideológicos dos valores institucionais, o conceito aplica-se às TVs universitárias atreladas a instituições de ensino estatais. Importante delinear, entretanto, que a compreensão conceitual não elimina o reconhecimento das distorções características dessas emissoras enquanto possibilidade ideológica de democratização em oposição à reprodução dos padrões hegemônicos.

Contexto histórico: subalternidade e disseminação

A estruturação dos meios de comunicação no Brasil, fruto de um desenvolvimento histórico e de uma afirmação no modelo capitalista, carrega em si um dilema característico: o conflito entre o interesse público e o interesse privado, aqui entendido como a finalidade comercial, quer seja, o caráter capitalista das instituições inseridas na indústria cultural. De um lado, observam-se conglomerados de mídia, calcados em poder econômico em escala industrial, resultantes em um conjunto de características conjunturais relacionadas ao modo de produção e aos objetivos simbólicos da empresa e dos produtos, o que define aquilo que a Economia Política da Comunicação (EPC) adota como padrão tecno-estético.

Esse é um conceito essencial para os estudos em Comunicação: reúne designações acerca do modo de fazer junto às demarcações estratégicas através das quais o produto pretende fazer-se reconhecer, o que agrega o mais relevante dos poderes – o simbólico –, que incide na circulação da produção de sentidos. A partir da leitura de Bolaño (2005), o padrão tecno-estético será reconhecido como a definição para as determinações estruturais, culturais e técnicas incidentes sobre o modo de produção, de forma a estabelecer um perfil de reconhecimento público e de resistência à entrada de novos atores no mercado em questão.

Ao defender uma reelaboração dessa reflexão, Kalikoske (2010) apresenta uma proposta de taxonomia, que estabelece as categorias de padrão tecno-estético hegemônico, anacrônico, emergente, periférico e alternativo. Localizam-se as TVs universitárias, neste caso independentemente de seu caráter público ou privado, no limiar entre os padrões periférico e alternativo, por duas características fundamentais: a distância das grandes



audiências e dos financiamentos consistentes (alinhadas ao primeiro), e ao mesmo tempo a produção experimental, amadora e desvinculada da busca pelo lucro (características do padrão alternativo).

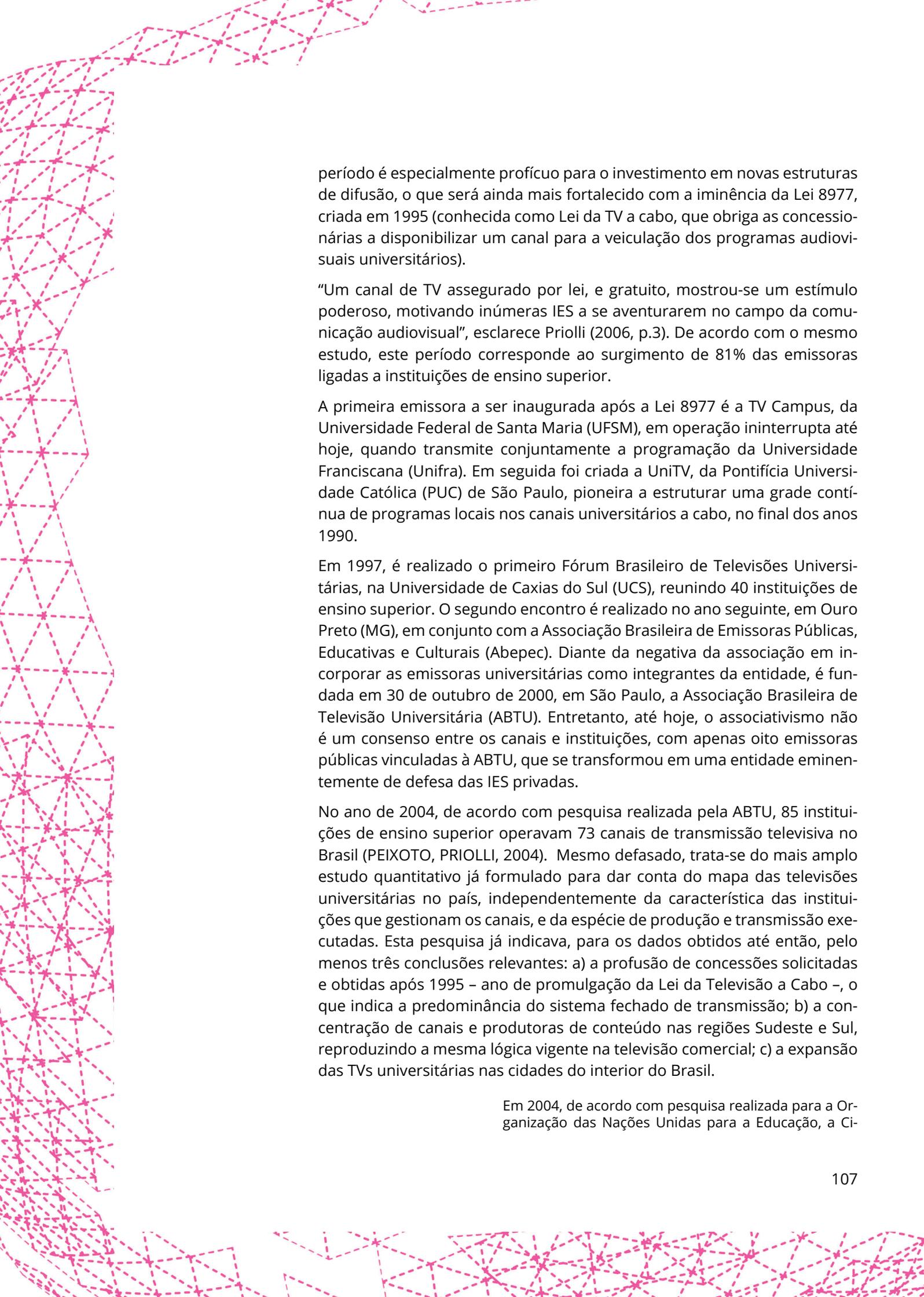
O Código Geral de Telecomunicações, instituído em 1962 e complementado pelo Decreto-Lei 236, de 1967, para organizar e regulamentar as operações de transmissão dos canais de televisão já em funcionamento, estabelecia a possibilidade e necessidade de criação das emissoras educativas, embora suscitasse interpretação limitada, dados os objetivos de “divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates” (BRASIL, 2010, online). Esta redação, atualizada durante o regime de ditadura militar, é interpretada como uma condição imposta ao surgimento de emissoras públicas que pudessem apresentar ameaça às TVs comerciais em expansão. Entretanto, apesar da determinação legal, as emissoras educativas que serão estruturadas a partir da criação da UFPE, notadamente, e principalmente, a TV Cultura de São Paulo, criada em 1969, e a TVE, com sede no Rio de Janeiro, já em 1975, surgem com grade de programação diversificada.

Tanto a TV Cultura quanto a TVE seriam as emissoras-âncora nas décadas de 1980 e 1990 para a complementação das grades das emissoras universitárias que começam a ser estruturadas, na sua maioria sem condições técnicas e operacionais de preencher um conjunto diário de conteúdo próprio consistente. Entre estas duas décadas, segundo a Associação Brasileira de Televisões Universitárias (ABTU), foram concedidas outras 12 licenças para concessão a canais educativos de instituições de ensino superior. A transmissão em sinal aberto foi possibilitada pelo espectro VHF e comportava uma mescla de conteúdos característicos das emissoras públicas educativas e de divulgação institucional, sem haver a especificidade de uma grade de programas universitários.

Ligados majoritariamente às TVs público-estatais, como TVE e TV Cultura, que possibilitavam o fechamento de uma grade diária de programação nos intervalos de ausência de produção própria, as TVs universitárias foram gradativamente diferenciando-se e estabelecendo uma produção audiovisual autônoma.

Lei da TV a cabo e a profusão de canais universitários

As décadas de 1990 e 2000 são estratégicas para as transformações na organização das instituições de ensino superior (IES) no Brasil. De um lado, a própria expansão física, enquanto, de outro, há uma mudança na estrutura das instituições, principalmente as privadas, com uma intensa profissionalização e a organização de muitas como empresas capitalistas. Da mesma maneira, o final da década de 1990 presenciou investimentos significativos também nas instituições públicas, ainda que não decisivos como se verificaria na década de 2000. Para o surgimento das Televisões Universitárias, tal



período é especialmente profícuo para o investimento em novas estruturas de difusão, o que será ainda mais fortalecido com a iminência da Lei 8977, criada em 1995 (conhecida como Lei da TV a cabo, que obriga as concessionárias a disponibilizar um canal para a veiculação dos programas audiovisuais universitários).

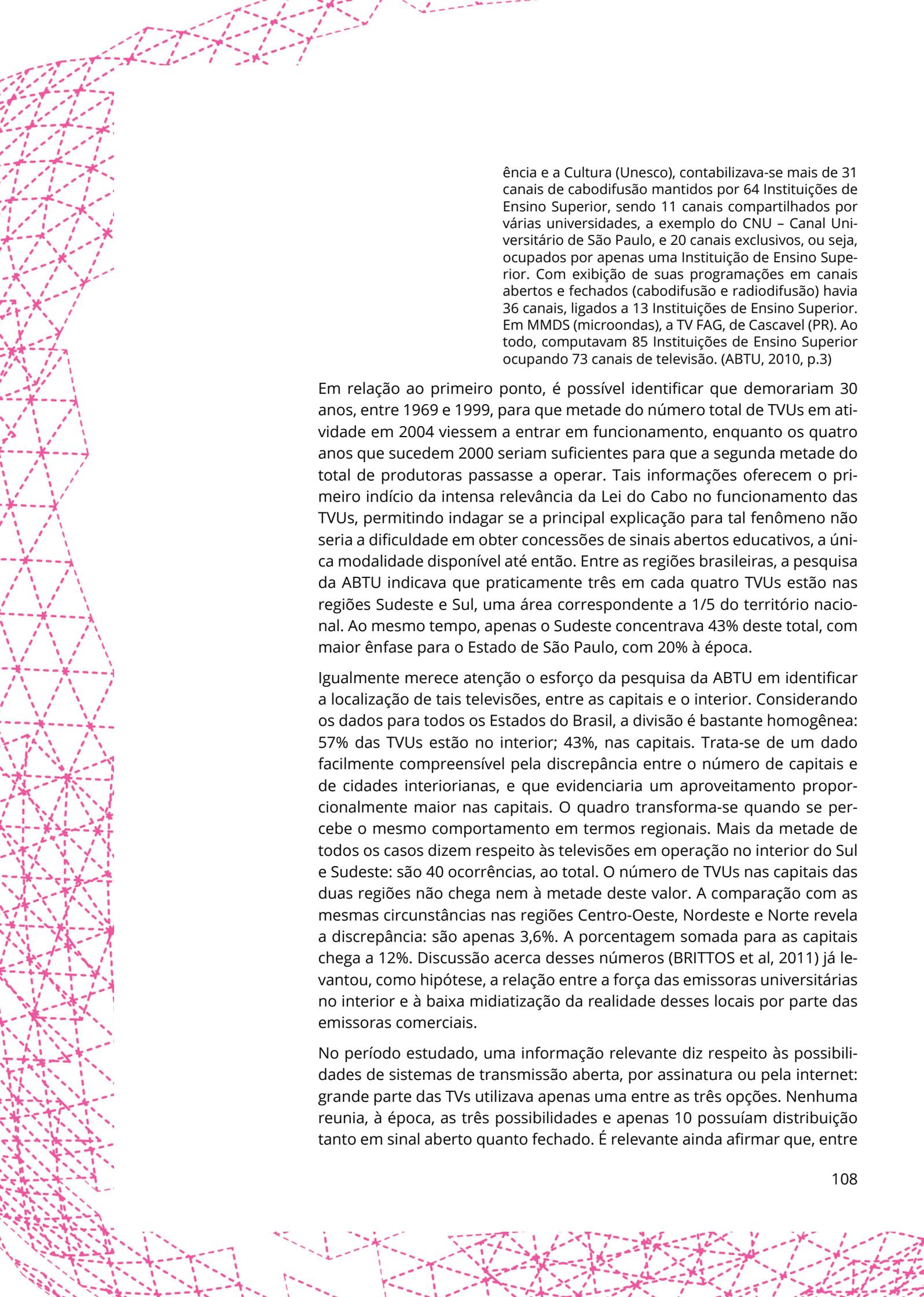
“Um canal de TV assegurado por lei, e gratuito, mostrou-se um estímulo poderoso, motivando inúmeras IES a se aventurarem no campo da comunicação audiovisual”, esclarece Priolli (2006, p.3). De acordo com o mesmo estudo, este período corresponde ao surgimento de 81% das emissoras ligadas a instituições de ensino superior.

A primeira emissora a ser inaugurada após a Lei 8977 é a TV Campus, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em operação ininterrupta até hoje, quando transmite conjuntamente a programação da Universidade Franciscana (Unifra). Em seguida foi criada a UniTV, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, pioneira a estruturar uma grade contínua de programas locais nos canais universitários a cabo, no final dos anos 1990.

Em 1997, é realizado o primeiro Fórum Brasileiro de Televisões Universitárias, na Universidade de Caxias do Sul (UCS), reunindo 40 instituições de ensino superior. O segundo encontro é realizado no ano seguinte, em Ouro Preto (MG), em conjunto com a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec). Diante da negativa da associação em incorporar as emissoras universitárias como integrantes da entidade, é fundada em 30 de outubro de 2000, em São Paulo, a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU). Entretanto, até hoje, o associativismo não é um consenso entre os canais e instituições, com apenas oito emissoras públicas vinculadas à ABTU, que se transformou em uma entidade eminentemente de defesa das IES privadas.

No ano de 2004, de acordo com pesquisa realizada pela ABTU, 85 instituições de ensino superior operavam 73 canais de transmissão televisiva no Brasil (PEIXOTO, PRIOLLI, 2004). Mesmo defasado, trata-se do mais amplo estudo quantitativo já formulado para dar conta do mapa das televisões universitárias no país, independentemente da característica das instituições que gestionam os canais, e da espécie de produção e transmissão executadas. Esta pesquisa já indicava, para os dados obtidos até então, pelo menos três conclusões relevantes: a) a profusão de concessões solicitadas e obtidas após 1995 – ano de promulgação da Lei da Televisão a Cabo –, o que indica a predominância do sistema fechado de transmissão; b) a concentração de canais e produtoras de conteúdo nas regiões Sudeste e Sul, reproduzindo a mesma lógica vigente na televisão comercial; c) a expansão das TVs universitárias nas cidades do interior do Brasil.

Em 2004, de acordo com pesquisa realizada para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ci-

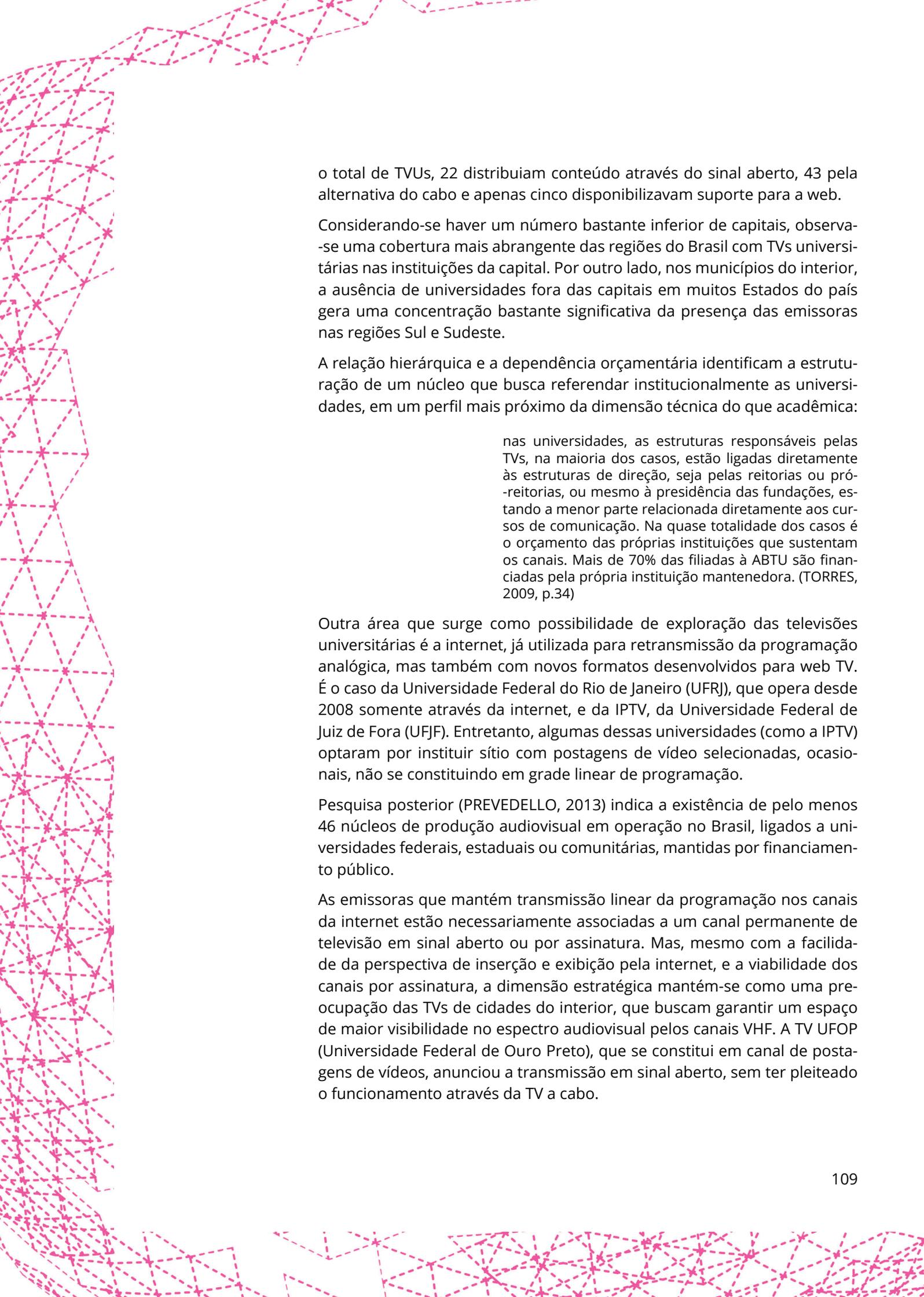


ência e a Cultura (Unesco), contabilizava-se mais de 31 canais de cabodifusão mantidos por 64 Instituições de Ensino Superior, sendo 11 canais compartilhados por várias universidades, a exemplo do CNU – Canal Universitário de São Paulo, e 20 canais exclusivos, ou seja, ocupados por apenas uma Instituição de Ensino Superior. Com exibição de suas programações em canais abertos e fechados (cabodifusão e radiodifusão) havia 36 canais, ligados a 13 Instituições de Ensino Superior. Em MMDS (microondas), a TV FAG, de Cascavel (PR). Ao todo, computavam 85 Instituições de Ensino Superior ocupando 73 canais de televisão. (ABTU, 2010, p.3)

Em relação ao primeiro ponto, é possível identificar que demorariam 30 anos, entre 1969 e 1999, para que metade do número total de TVUs em atividade em 2004 viessem a entrar em funcionamento, enquanto os quatro anos que sucedem 2000 seriam suficientes para que a segunda metade do total de produtoras passasse a operar. Tais informações oferecem o primeiro indício da intensa relevância da Lei do Cabo no funcionamento das TVUs, permitindo indagar se a principal explicação para tal fenômeno não seria a dificuldade em obter concessões de sinais abertos educativos, a única modalidade disponível até então. Entre as regiões brasileiras, a pesquisa da ABTU indicava que praticamente três em cada quatro TVUs estão nas regiões Sudeste e Sul, uma área correspondente a 1/5 do território nacional. Ao mesmo tempo, apenas o Sudeste concentrava 43% deste total, com maior ênfase para o Estado de São Paulo, com 20% à época.

Igualmente merece atenção o esforço da pesquisa da ABTU em identificar a localização de tais televisões, entre as capitais e o interior. Considerando os dados para todos os Estados do Brasil, a divisão é bastante homogênea: 57% das TVUs estão no interior; 43%, nas capitais. Trata-se de um dado facilmente compreensível pela discrepância entre o número de capitais e de cidades interioranas, e que evidenciaria um aproveitamento proporcionalmente maior nas capitais. O quadro transforma-se quando se percebe o mesmo comportamento em termos regionais. Mais da metade de todos os casos dizem respeito às televisões em operação no interior do Sul e Sudeste: são 40 ocorrências, ao total. O número de TVUs nas capitais das duas regiões não chega nem à metade deste valor. A comparação com as mesmas circunstâncias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte revela a discrepância: são apenas 3,6%. A porcentagem somada para as capitais chega a 12%. Discussão acerca desses números (BRITTOS et al, 2011) já levantou, como hipótese, a relação entre a força das emissoras universitárias no interior e à baixa mediação da realidade desses locais por parte das emissoras comerciais.

No período estudado, uma informação relevante diz respeito às possibilidades de sistemas de transmissão aberta, por assinatura ou pela internet: grande parte das TVs utilizava apenas uma entre as três opções. Nenhuma reunia, à época, as três possibilidades e apenas 10 possuíam distribuição tanto em sinal aberto quanto fechado. É relevante ainda afirmar que, entre



o total de TVUs, 22 distribuíam conteúdo através do sinal aberto, 43 pela alternativa do cabo e apenas cinco disponibilizavam suporte para a web.

Considerando-se haver um número bastante inferior de capitais, observa-se uma cobertura mais abrangente das regiões do Brasil com TVs universitárias nas instituições da capital. Por outro lado, nos municípios do interior, a ausência de universidades fora das capitais em muitos Estados do país gera uma concentração bastante significativa da presença das emissoras nas regiões Sul e Sudeste.

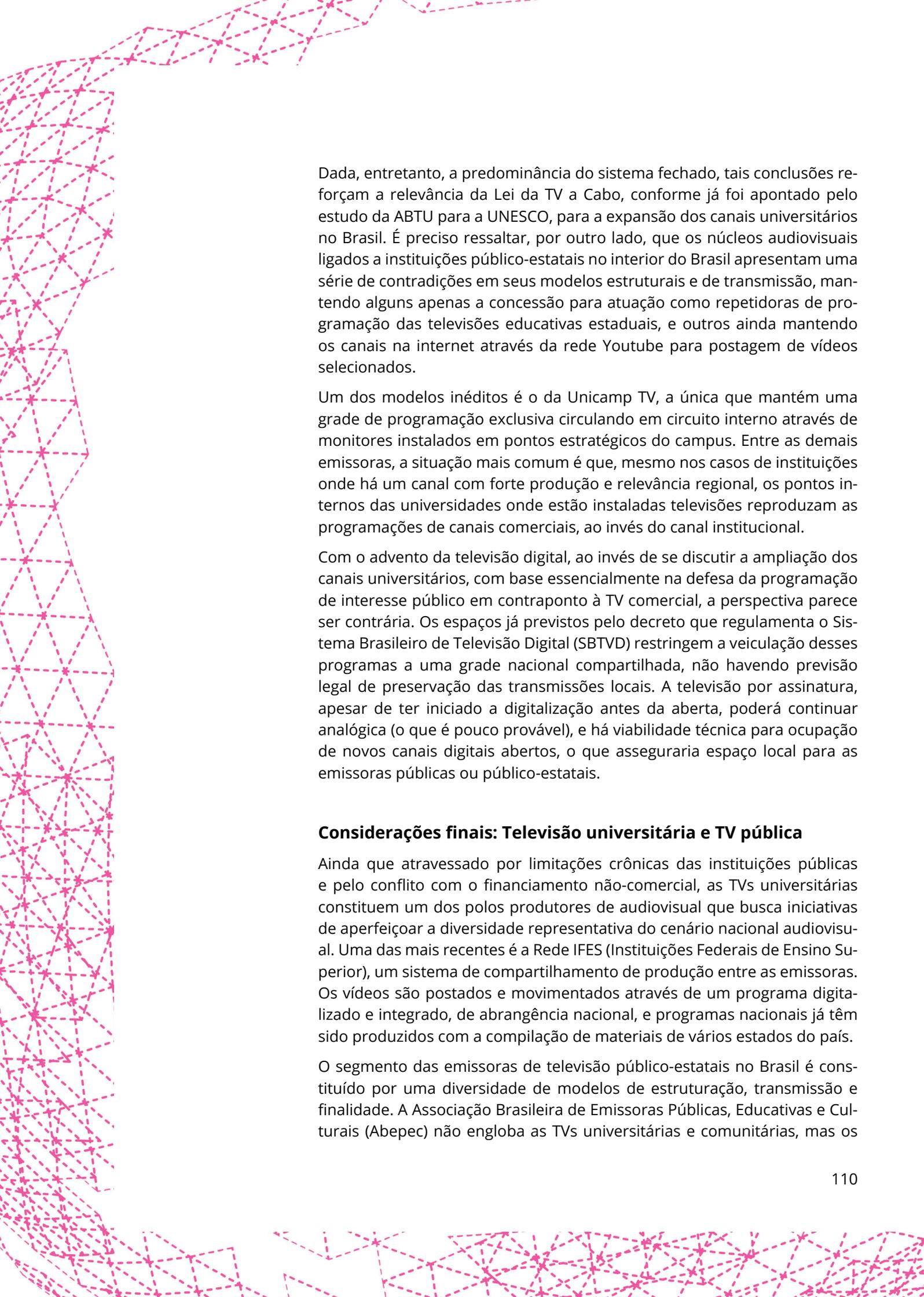
A relação hierárquica e a dependência orçamentária identificam a estruturação de um núcleo que busca referendar institucionalmente as universidades, em um perfil mais próximo da dimensão técnica do que acadêmica:

nas universidades, as estruturas responsáveis pelas TVs, na maioria dos casos, estão ligadas diretamente às estruturas de direção, seja pelas reitorias ou pró-reitorias, ou mesmo à presidência das fundações, estando a menor parte relacionada diretamente aos cursos de comunicação. Na quase totalidade dos casos é o orçamento das próprias instituições que sustentam os canais. Mais de 70% das filiadas à ABTU são financiadas pela própria instituição mantenedora. (TORRES, 2009, p.34)

Outra área que surge como possibilidade de exploração das televisões universitárias é a internet, já utilizada para retransmissão da programação analógica, mas também com novos formatos desenvolvidos para web TV. É o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que opera desde 2008 somente através da internet, e da IPTV, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Entretanto, algumas dessas universidades (como a IPTV) optaram por instituir sítio com postagens de vídeo selecionadas, ocasionais, não se constituindo em grade linear de programação.

Pesquisa posterior (PREVEDELLO, 2013) indica a existência de pelo menos 46 núcleos de produção audiovisual em operação no Brasil, ligados a universidades federais, estaduais ou comunitárias, mantidas por financiamento público.

As emissoras que mantêm transmissão linear da programação nos canais da internet estão necessariamente associadas a um canal permanente de televisão em sinal aberto ou por assinatura. Mas, mesmo com a facilidade da perspectiva de inserção e exibição pela internet, e a viabilidade dos canais por assinatura, a dimensão estratégica mantém-se como uma preocupação das TVs de cidades do interior, que buscam garantir um espaço de maior visibilidade no espectro audiovisual pelos canais VHF. A TV UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), que se constitui em canal de postagens de vídeos, anunciou a transmissão em sinal aberto, sem ter pleiteado o funcionamento através da TV a cabo.



Dada, entretanto, a predominância do sistema fechado, tais conclusões reforçam a relevância da Lei da TV a Cabo, conforme já foi apontado pelo estudo da ABTU para a UNESCO, para a expansão dos canais universitários no Brasil. É preciso ressaltar, por outro lado, que os núcleos audiovisuais ligados a instituições público-estatais no interior do Brasil apresentam uma série de contradições em seus modelos estruturais e de transmissão, mantendo alguns apenas a concessão para atuação como repetidoras de programação das televisões educativas estaduais, e outros ainda mantendo os canais na internet através da rede Youtube para postagem de vídeos selecionados.

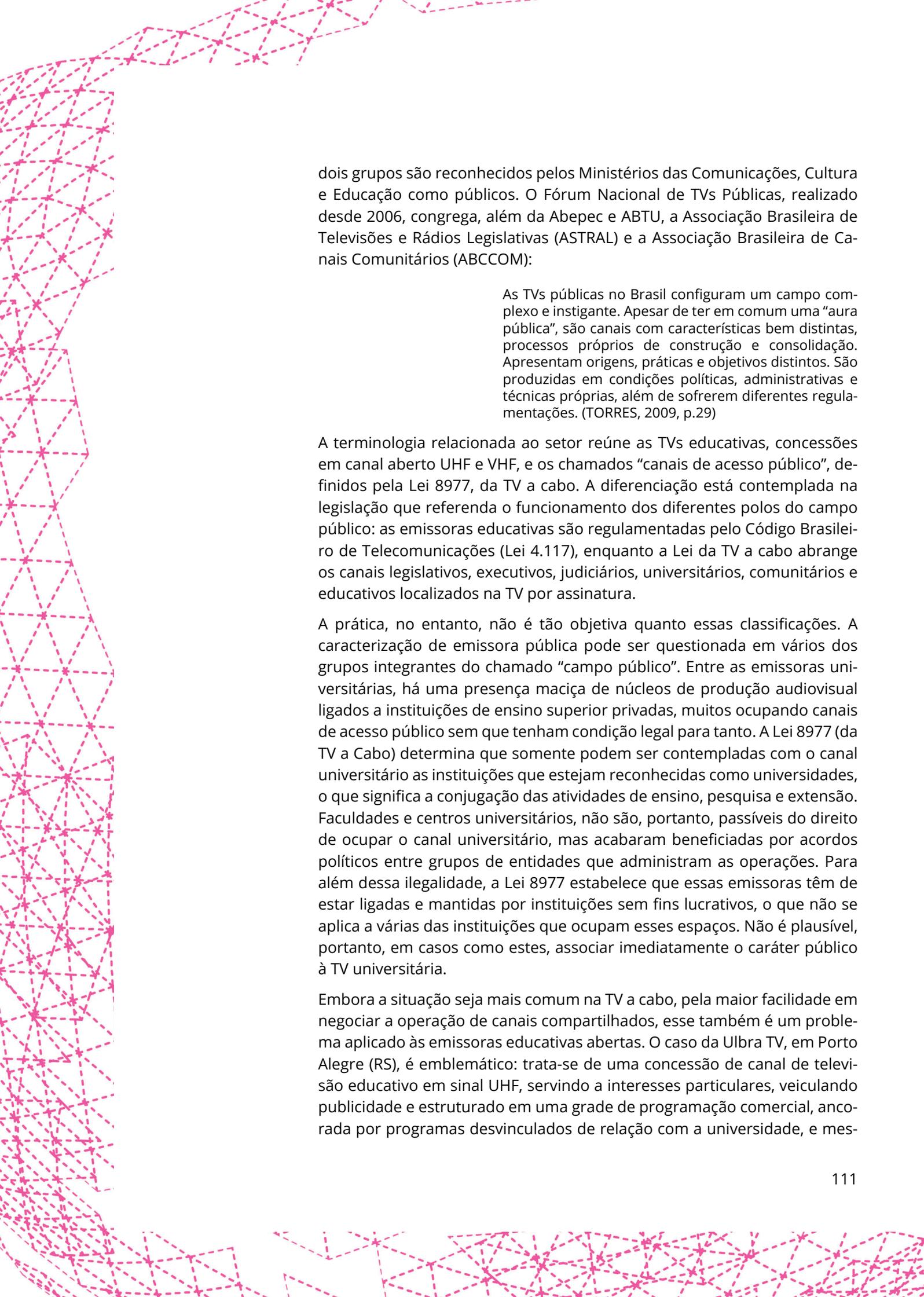
Um dos modelos inéditos é o da Unicamp TV, a única que mantém uma grade de programação exclusiva circulando em circuito interno através de monitores instalados em pontos estratégicos do campus. Entre as demais emissoras, a situação mais comum é que, mesmo nos casos de instituições onde há um canal com forte produção e relevância regional, os pontos internos das universidades onde estão instaladas televisões reproduzam as programações de canais comerciais, ao invés do canal institucional.

Com o advento da televisão digital, ao invés de se discutir a ampliação dos canais universitários, com base essencialmente na defesa da programação de interesse público em contraponto à TV comercial, a perspectiva parece ser contrária. Os espaços já previstos pelo decreto que regulamenta o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) restringem a veiculação desses programas a uma grade nacional compartilhada, não havendo previsão legal de preservação das transmissões locais. A televisão por assinatura, apesar de ter iniciado a digitalização antes da aberta, poderá continuar analógica (o que é pouco provável), e há viabilidade técnica para ocupação de novos canais digitais abertos, o que asseguraria espaço local para as emissoras públicas ou público-estatais.

Considerações finais: Televisão universitária e TV pública

Ainda que atravessado por limitações crônicas das instituições públicas e pelo conflito com o financiamento não-comercial, as TVs universitárias constituem um dos polos produtores de audiovisual que busca iniciativas de aperfeiçoar a diversidade representativa do cenário nacional audiovisual. Uma das mais recentes é a Rede IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), um sistema de compartilhamento de produção entre as emissoras. Os vídeos são postados e movimentados através de um programa digitalizado e integrado, de abrangência nacional, e programas nacionais já têm sido produzidos com a compilação de materiais de vários estados do país.

O segmento das emissoras de televisão público-estatais no Brasil é constituído por uma diversidade de modelos de estruturação, transmissão e finalidade. A Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec) não engloba as TVs universitárias e comunitárias, mas os



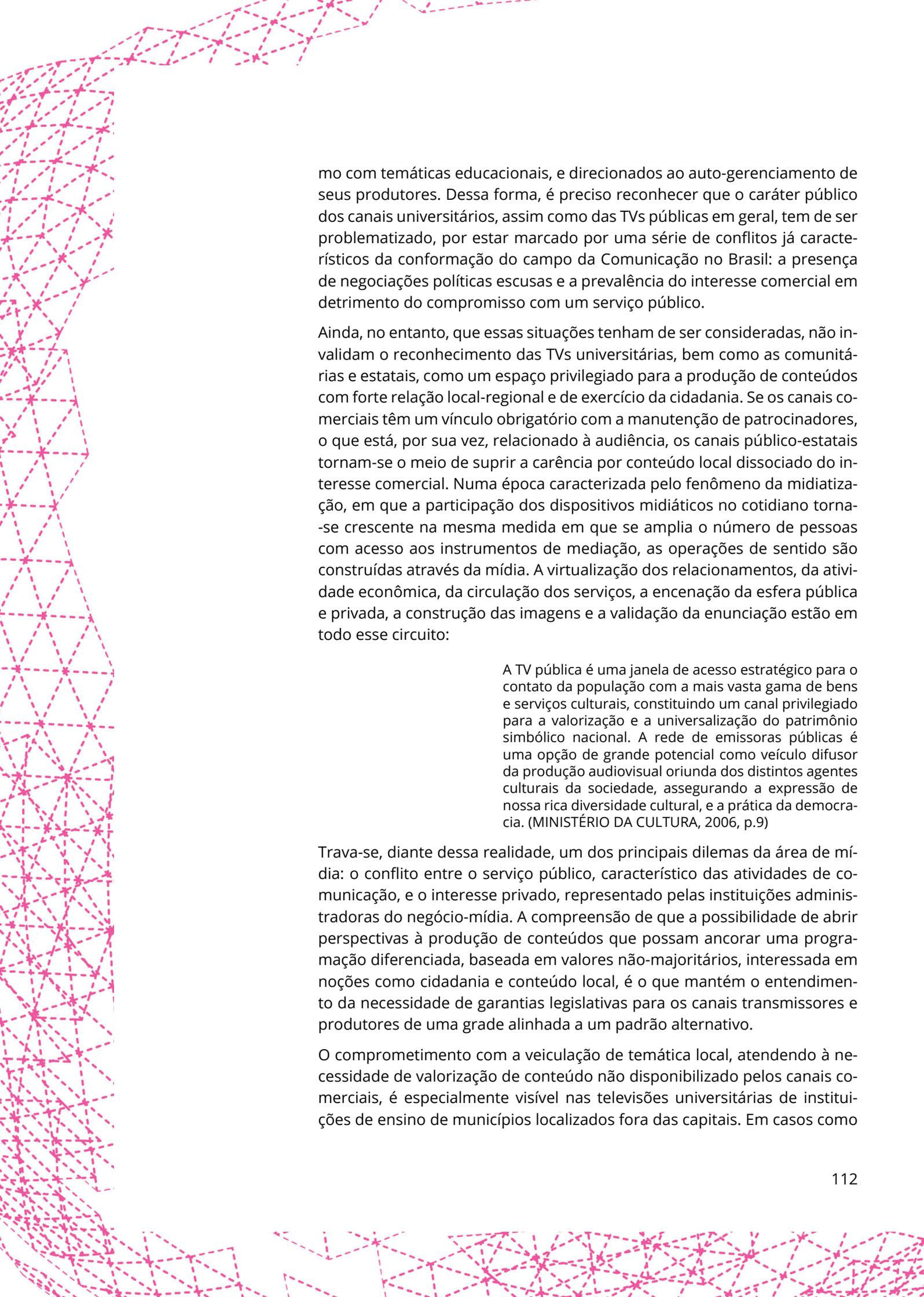
dois grupos são reconhecidos pelos Ministérios das Comunicações, Cultura e Educação como públicos. O Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado desde 2006, congrega, além da Abepec e ABTU, a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL) e a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM):

As TVs públicas no Brasil configuram um campo complexo e instigante. Apesar de ter em comum uma “aura pública”, são canais com características bem distintas, processos próprios de construção e consolidação. Apresentam origens, práticas e objetivos distintos. São produzidas em condições políticas, administrativas e técnicas próprias, além de sofrerem diferentes regulamentações. (TORRES, 2009, p.29)

A terminologia relacionada ao setor reúne as TVs educativas, concessões em canal aberto UHF e VHF, e os chamados “canais de acesso público”, definidos pela Lei 8977, da TV a cabo. A diferenciação está contemplada na legislação que referenda o funcionamento dos diferentes polos do campo público: as emissoras educativas são regulamentadas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117), enquanto a Lei da TV a cabo abrange os canais legislativos, executivos, judiciários, universitários, comunitários e educativos localizados na TV por assinatura.

A prática, no entanto, não é tão objetiva quanto essas classificações. A caracterização de emissora pública pode ser questionada em vários dos grupos integrantes do chamado “campo público”. Entre as emissoras universitárias, há uma presença maciça de núcleos de produção audiovisual ligados a instituições de ensino superior privadas, muitos ocupando canais de acesso público sem que tenham condição legal para tanto. A Lei 8977 (da TV a Cabo) determina que somente podem ser contempladas com o canal universitário as instituições que estejam reconhecidas como universidades, o que significa a conjugação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Faculdades e centros universitários, não são, portanto, passíveis do direito de ocupar o canal universitário, mas acabaram beneficiadas por acordos políticos entre grupos de entidades que administram as operações. Para além dessa ilegalidade, a Lei 8977 estabelece que essas emissoras têm de estar ligadas e mantidas por instituições sem fins lucrativos, o que não se aplica a várias das instituições que ocupam esses espaços. Não é plausível, portanto, em casos como estes, associar imediatamente o caráter público à TV universitária.

Embora a situação seja mais comum na TV a cabo, pela maior facilidade em negociar a operação de canais compartilhados, esse também é um problema aplicado às emissoras educativas abertas. O caso da Ulbra TV, em Porto Alegre (RS), é emblemático: trata-se de uma concessão de canal de televisão educativo em sinal UHF, servindo a interesses particulares, veiculando publicidade e estruturado em uma grade de programação comercial, ancorada por programas desvinculados de relação com a universidade, e mes-



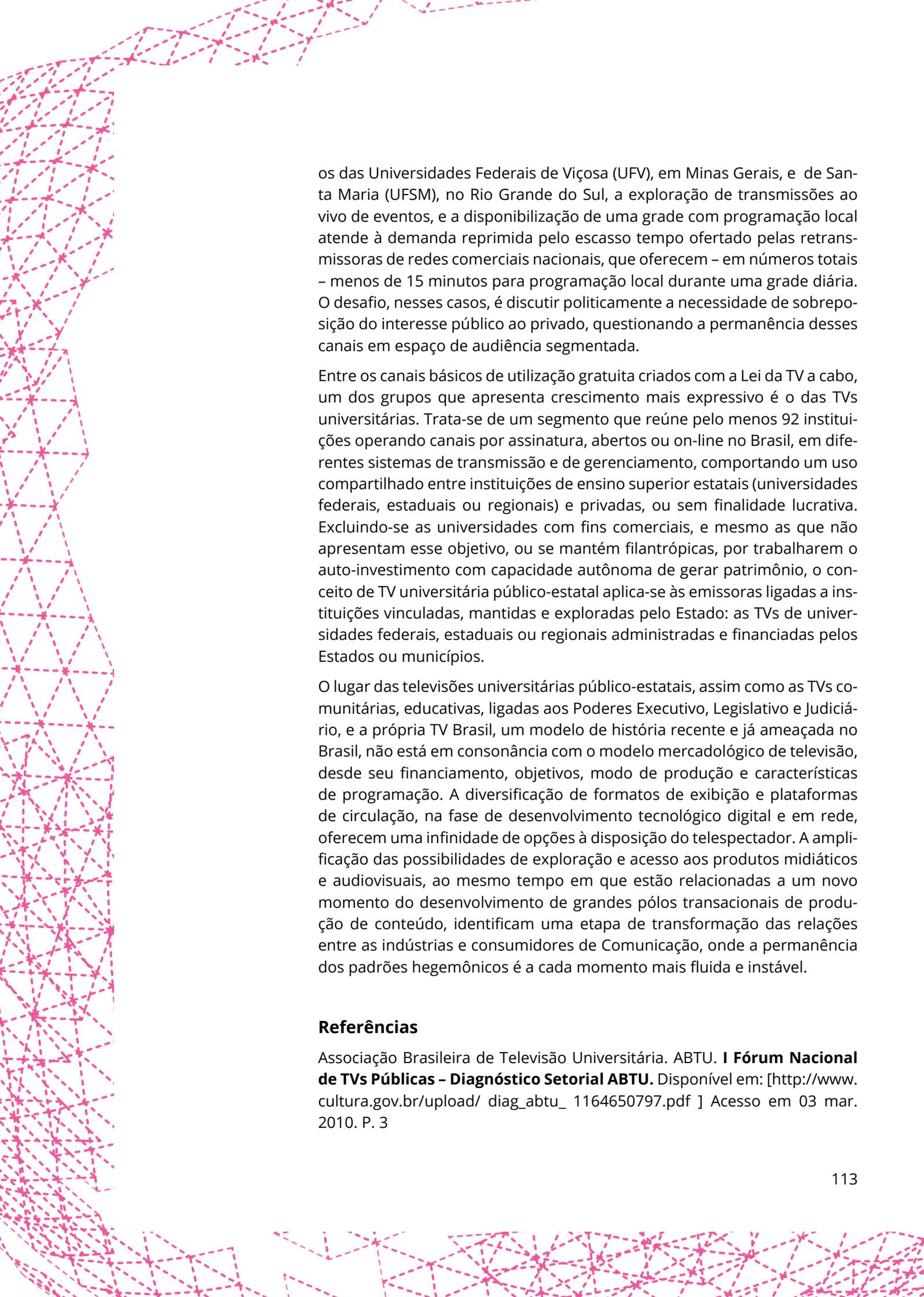
mo com temáticas educacionais, e direcionados ao auto-gerenciamento de seus produtores. Dessa forma, é preciso reconhecer que o caráter público dos canais universitários, assim como das TVs públicas em geral, tem de ser problematizado, por estar marcado por uma série de conflitos já característicos da conformação do campo da Comunicação no Brasil: a presença de negociações políticas escusas e a prevalência do interesse comercial em detrimento do compromisso com um serviço público.

Ainda, no entanto, que essas situações tenham de ser consideradas, não invalidam o reconhecimento das TVs universitárias, bem como as comunitárias e estatais, como um espaço privilegiado para a produção de conteúdos com forte relação local-regional e de exercício da cidadania. Se os canais comerciais têm um vínculo obrigatório com a manutenção de patrocinadores, o que está, por sua vez, relacionado à audiência, os canais público-estatais tornam-se o meio de suprir a carência por conteúdo local dissociado do interesse comercial. Numa época caracterizada pelo fenômeno da midiaticização, em que a participação dos dispositivos midiáticos no cotidiano torna-se crescente na mesma medida em que se amplia o número de pessoas com acesso aos instrumentos de mediação, as operações de sentido são construídas através da mídia. A virtualização dos relacionamentos, da atividade econômica, da circulação dos serviços, a encenação da esfera pública e privada, a construção das imagens e a validação da enunciação estão em todo esse circuito:

A TV pública é uma janela de acesso estratégico para o contato da população com a mais vasta gama de bens e serviços culturais, constituindo um canal privilegiado para a valorização e a universalização do patrimônio simbólico nacional. A rede de emissoras públicas é uma opção de grande potencial como veículo difusor da produção audiovisual oriunda dos distintos agentes culturais da sociedade, assegurando a expressão de nossa rica diversidade cultural, e a prática da democracia. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p.9)

Trava-se, diante dessa realidade, um dos principais dilemas da área de mídia: o conflito entre o serviço público, característico das atividades de comunicação, e o interesse privado, representado pelas instituições administradoras do negócio-mídia. A compreensão de que a possibilidade de abrir perspectivas à produção de conteúdos que possam ancorar uma programação diferenciada, baseada em valores não-majoritários, interessada em noções como cidadania e conteúdo local, é o que mantém o entendimento da necessidade de garantias legislativas para os canais transmissores e produtores de uma grade alinhada a um padrão alternativo.

O comprometimento com a veiculação de temática local, atendendo à necessidade de valorização de conteúdo não disponibilizado pelos canais comerciais, é especialmente visível nas televisões universitárias de instituições de ensino de municípios localizados fora das capitais. Em casos como



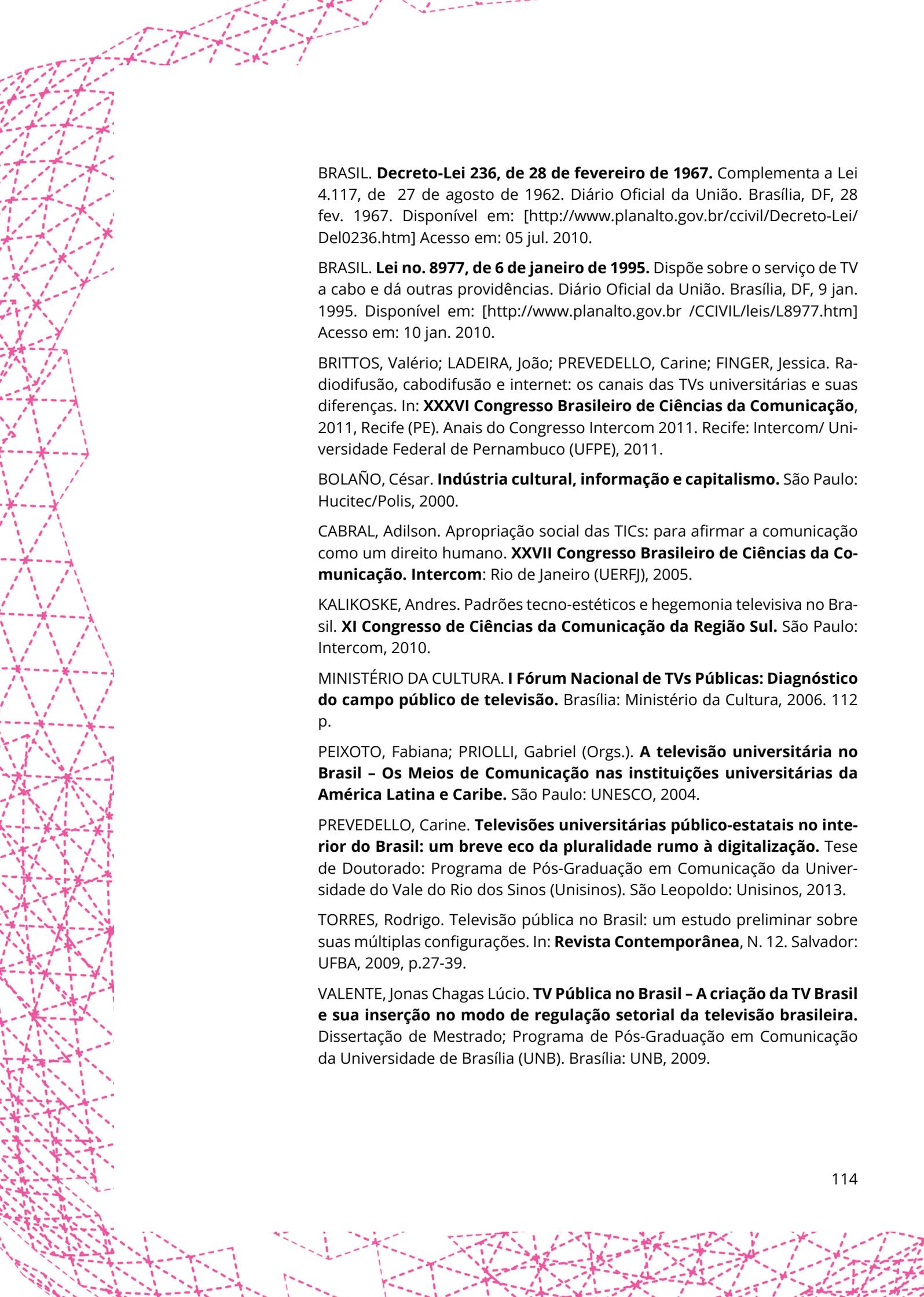
os das Universidades Federais de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, e de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, a exploração de transmissões ao vivo de eventos, e a disponibilização de uma grade com programação local atende à demanda reprimida pelo escasso tempo ofertado pelas retransmissoras de redes comerciais nacionais, que oferecem – em números totais – menos de 15 minutos para programação local durante uma grade diária. O desafio, nesses casos, é discutir politicamente a necessidade de sobreposição do interesse público ao privado, questionando a permanência desses canais em espaço de audiência segmentada.

Entre os canais básicos de utilização gratuita criados com a Lei da TV a cabo, um dos grupos que apresenta crescimento mais expressivo é o das TVs universitárias. Trata-se de um segmento que reúne pelo menos 92 instituições operando canais por assinatura, abertos ou on-line no Brasil, em diferentes sistemas de transmissão e de gerenciamento, comportando um uso compartilhado entre instituições de ensino superior estatais (universidades federais, estaduais ou regionais) e privadas, ou sem finalidade lucrativa. Excluindo-se as universidades com fins comerciais, e mesmo as que não apresentam esse objetivo, ou se mantêm filantrópicas, por trabalharem o auto-investimento com capacidade autônoma de gerar patrimônio, o conceito de TV universitária público-estatal aplica-se às emissoras ligadas a instituições vinculadas, mantidas e exploradas pelo Estado: as TVs de universidades federais, estaduais ou regionais administradas e financiadas pelos Estados ou municípios.

O lugar das televisões universitárias público-estatais, assim como as TVs comunitárias, educativas, ligadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e a própria TV Brasil, um modelo de história recente e já ameaçada no Brasil, não está em consonância com o modelo mercadológico de televisão, desde seu financiamento, objetivos, modo de produção e características de programação. A diversificação de formatos de exibição e plataformas de circulação, na fase de desenvolvimento tecnológico digital e em rede, oferecem uma infinidade de opções à disposição do telespectador. A amplificação das possibilidades de exploração e acesso aos produtos midiáticos e audiovisuais, ao mesmo tempo em que estão relacionadas a um novo momento do desenvolvimento de grandes pólos transacionais de produção de conteúdo, identificam uma etapa de transformação das relações entre as indústrias e consumidores de Comunicação, onde a permanência dos padrões hegemônicos é a cada momento mais fluida e instável.

Referências

Associação Brasileira de Televisão Universitária. ABTU. **I Fórum Nacional de TVs Públicas – Diagnóstico Setorial ABTU**. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/upload/diag_abtu_1164650797.pdf] Acesso em 03 mar. 2010. P. 3



BRASIL. **Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967.** Complementa a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: [<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm>] Acesso em: 05 jul. 2010.

BRASIL. **Lei no. 8977, de 6 de janeiro de 1995.** Dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 9 jan. 1995. Disponível em: [<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8977.htm>] Acesso em: 10 jan. 2010.

BRITTOS, Valério; LADEIRA, João; PREVEDELLO, Carine; FINGER, Jessica. Radiodifusão, cabodifusão e internet: os canais das TVs universitárias e suas diferenças. In: **XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2011, Recife (PE). Anais do Congresso Intercom 2011. Recife: Intercom/ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2011.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

CABRAL, Adilson. Apropriação social das TICs: para afirmar a comunicação como um direito humano. **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom:** Rio de Janeiro (UERF), 2005.

KALIKOSKE, Andres. Padrões tecno-estéticos e hegemonia televisiva no Brasil. **XI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul.** São Paulo: Intercom, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **I Fórum Nacional de TVs Públicas: Diagnóstico do campo público de televisão.** Brasília: Ministério da Cultura, 2006. 112 p.

PEIXOTO, Fabiana; PRIOLLI, Gabriel (Orgs.). **A televisão universitária no Brasil – Os Meios de Comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe.** São Paulo: UNESCO, 2004.

PREVEDELLO, Carine. **Televisões universitárias público-estatais no interior do Brasil: um breve eco da pluralidade rumo à digitalização.** Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo: Unisinos, 2013.

TORRES, Rodrigo. Televisão pública no Brasil: um estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações. In: **Revista Contemporânea**, N. 12. Salvador: UFBA, 2009, p.27-39.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV Pública no Brasil – A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira.** Dissertação de Mestrado; Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UNB). Brasília: UNB, 2009.